



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CONCURSO PÚBLICO DE MARECHA C. RONDON - PR

Edital 01/2026 Conc. Públ. - Cargo: **PROCURADOR JURÍDICO**

PROVA ESCRITA (OBJETIVA) –

Período da Tarde – Sup.

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, verifique se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 60 (sessenta) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C e D**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
5. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
6. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
8. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e, juntamente com outros objetos, deverão ser colocados sob a carteira ou mesmo no chão da sala, dentro do saco plástico.
9. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **4 (quatro) horas** a partir do início da prova.
10. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
11. O candidato pode se retirar do local de provas somente após 60 minutos do início da prova, levando consigo o caderno de provas.
12. **Os 2 (dois) últimos** candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
13. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA – 10

Considere o fragmento a seguir para as questões 01 a 03:

Ao pensarmos no Museu Padre José Gaertner **como** um lugar de memória e produção educacional, trabalhamos com os objetos através de problemáticas históricas. Nós, **como** museu, buscamos servir **como** um espaço de reflexão crítica, no qual a educação está envolvida em uma maior percepção e em um melhor entendimento do mundo em que vivemos.

Fonte: <https://museu.mcr.pr.gov.br>

01. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA do fragmento acima.	
A.	A ideia central do texto é explicar o funcionamento administrativo da instituição.
B.	Trata-se de um fragmento de texto institucional informativo.
C.	Predomina no texto o registro formal e a modalidade escrita.
D.	O trecho “Nós, como museu” produz o efeito de marcar um posicionamento institucional no texto.

02. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta do tempo e modo verbal predominante no fragmento dado.	
A.	Predomina o pretérito perfeito do indicativo, utilizado para relatar acontecimentos já concluídos no passado.
B.	Predomina o presente do subjuntivo, utilizado para expressar hipóteses ou possibilidades.
C.	Predomina o futuro do presente do indicativo, utilizado para indicar ações que ocorrerão posteriormente.
D.	Predomina o presente do indicativo, empregado para apresentar ações e características atuais ou permanentes.

03. Que estratégia apresentada a seguir é adequada para evitar o uso recorrente do item “como” no texto?	
A.	Substituir a primeira ocorrência por “por exemplo”.
B.	Substituir a expressão “como museu” por “na condição de museu”.
C.	Substituir a segunda ocorrência por “conforme”.
D.	Apenas excluir a última ocorrência.

04. Assinale a alternativa que exemplifica esta descrição: <i>Emprega-se a vírgula entre elementos justapostos que exercem a mesma função sintática na oração.</i>	
A.	Visitantes, observem com atenção os objetos do acervo.
B.	O Museu Histórico Padre José Gaertner, importante espaço de memória regional, recebe muitos visitantes.
C.	O museu preserva documentos, fotografias, objetos e registros históricos.
D.	Em 1984, o museu foi inaugurado no Distrito de Porto Mendes.

05. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA deste fragmento:	
A criação artística e todas as formas de inovação que abrangem o conjunto das atividades humanas podem ser consideradas como fontes primordiais da imaginação da diversidade cultural.	
Fonte: UNESCO. Relatório mundial da UNESCO : investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Paris: UNESCO, 2009. p. 20.	
A.	As palavras “artística”, “humanas” e “cultural” são adjetivos que modificam substantivos, atribuindo-lhes qualidades.
B.	A oração subordinada “que abrangem o conjunto das atividades humanas” é adjetiva e tem a função de modificar o substantivo “formas”, caracterizando-o.
C.	O substantivo “formas” necessita de um complemento nominal para completar seu sentido, função que é cumprida pela expressão “de inovação”.
D.	O verbo “poder” está conjugado no plural para concordar com o núcleo do sujeito, que, no caso sob análise, é “atividades”.

Considere o fragmento a seguir para as questões 06 a 08:

A Geografia Ambiental possui raízes muito antigas: a tradição de pesquisa e estudo dos vínculos entre sociedade e natureza constitui, na verdade, uma das mais populares e distintivas da Geografia. No entanto , o desprestígio de que passou a padecer essa tradição no interior da disciplina, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, faz com que a Geografia Ambiental contemporânea, que vem emergindo nos últimos quinze ou vinte anos como uma tentativa de revitalizar aquela tradição em novas bases, possa ser vista como um fenômeno, de certo modo, relativamente recente.	
Fonte: LOPES DE SOUZA, M. O que é a Geografia Ambiental?. <i>AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política</i> , v. 1, n. 1, p. 14, 2019. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684 . Acesso em: 17 mar. 2026.	

06. Assinale a alternativa que apresenta a ideia central do texto.	
A.	A Geografia Ambiental resulta de uma tradição antiga que passou por um período de perda de prestígio e vem sendo retomada recentemente.
B.	A pesquisa geográfica sempre ignorou a relação entre sociedade e natureza, mas, nos últimos anos, essa realidade tem mudado significativamente.
C.	A Geografia Ambiental substituiu outras áreas da Geografia que estudam a relação entre a sociedade e a natureza.
D.	A Geografia Ambiental é considerada uma área marginal dentro da Geografia, uma vez que o estudo da relação entre a sociedade e a natureza não é aspecto fundamental para os estudos dessa área.

07. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta.	
A.	O sentido introduzido pela conjunção “No entanto” seria mantido se esta fosse substituída por “Portanto”.
B.	A preposição “de”, em “de que passou a padecer essa tradição”, é exigida pelo verbo “padecer”.
C.	Em “no interior da disciplina ”, a expressão destacada refere-se, especificamente, à Geografia Ambiental.
D.	A palavra “especialmente” é um adjetivo que modifica o substantivo “disciplina”.

08. Todas as palavras a seguir são acentuadas pelo mesmo motivo, EXCETO:	
A.	raízes
B.	vínculos
C.	décadas
D.	fenômeno

09. Assinale a alternativa que apresenta desvio no que tange à pontuação.	
A.	A Geografia Ambiental estuda as relações entre sociedade e natureza, analisando como as atividades humanas influenciam o ambiente.
B.	A Geografia Ambiental investiga como fatores sociais, econômicos e culturais interferem na organização do espaço natural.
C.	A Geografia Ambiental propõe reflexões que ajudam a sociedade a pensar em formas mais sustentáveis de uso dos recursos naturais.
D.	Pesquisas em Geografia Ambiental, ajudam a compreender problemas como, desmatamento, poluição e mudanças climáticas.

10. Assinale a alternativa que indica em que casos ocorre crase, com necessidade de uso de acento grave:	
<p><u>A</u> [1] Geografia Ambiental constitui não uma tentativa de substituir os conteúdos particulares e especializados associados <u>a</u> [2] “Geografia Física” e <u>a</u> [3] “Geografia Humana”, mas sim um intento, bem mais modesto e realista, de promover <u>a</u> [4] valorização de problemas e questões em que o diálogo de saberes vinculados ao conhecimento da Terra como morada humana dá o tom.</p> <p>Fonte: LOPES DE SOUZA, M. O que é a Geografia Ambiental?. <i>AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política</i>, v. 1, n. 1, p. 14, 2019. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684. Acesso em: 17 mar. 2026. (com alterações).</p>	
A.	Em todas as ocorrências.
B.	Apenas em [1] e [2].
C.	Apenas em [2] e [3].
D.	Apenas em [1] e [4].

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO – 05

11. Uma empresa está projetando duas caixas de presente com formatos diferentes. A primeira caixa tem o formato de um cilindro, com raio 3cm e altura de 10cm. A segunda caixa tem o formato de uma pirâmide de base quadrada, com lado da base de 6cm e altura de 9cm. Sabendo disso, calcule o volume de cada uma das caixas? Considere $\pi = 3,14$.	
A.	Volume do Cilindro = $282,60\text{cm}^3$; Volume da pirâmide = 108cm^2 .
B.	Volume do Cilindro = $282,60\text{cm}^2$; Volume da pirâmide = 108cm^3 .
C.	Volume do Cilindro = 108cm^3 ; Volume da pirâmide = $282,60\text{cm}^3$.
D.	Volume do Cilindro = $282,60\text{cm}^3$; Volume da pirâmide = 108cm^3 .

12. Sr. Arlindo sempre vai ao centro de especialidades para realizar seus atendimentos médicos. Ele passa pelo cardiologista a cada 15 dias, pelo nefrologista a cada 45 dias e pelo geriatra a cada 60 dias. Sabendo que, no dia 15 de janeiro, ele foi atendido pelas três especialidades no mesmo dia, daqui a quanto tempo isso voltará a acontecer?	
A.	180 dias.
B.	120 dias.
C.	45 dias.
D.	30 dias.

13. Organize os números abaixo em ordem decrescente: $1/9$, $7/8$, $20/3$, $16/7$, $2/13$.	
A.	$16/7$; $7/8$; $1/2$; $2/13$; $20/3$.
B.	$7/8$; $20/3$; $16/7$; $1/2$; $2/13$.
C.	$20/3$; $16/7$; $7/8$; $1/2$; $2/13$.
D.	$2/13$; $1/2$; $7/8$; $16/7$; $20/3$.

14. Uma empresa está instalando postes de iluminação ao longo de uma estrada. O primeiro poste será colocado a 5 metros do início da estrada. O segundo poste a 8 metros do início da estrada. Se a empresa continuar utilizando o mesmo padrão de aumento de distância entre cada poste, qual será a distância, em metros, do 10º poste em relação ao início da estrada? Resolva utilizando Progressão Aritmética (PA).	
A.	56 metros.
B.	32 metros.
C.	22 metros.
D.	13 metros.

15. Dado os polinômios $A(x) = 6x^3 + 11x^2 + 6$ e $B(x) = 2x$, calcule $C(x) = A(x)/B(x)$.	
A.	$C(x) = 3x^2 + (11/2)x + 3/x$.
B.	$C(x) = 3x^3 + 3/x + 11$.
C.	$C(x) = 3x^2 + 11x + 3x$.
D.	$C(x) = 3x^3 + 2/11 - 3x$.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA - 10

16. Qual é a função do recurso "Verificar Disponibilidade" ao agendar uma reunião no Microsoft Outlook 2010?	
A.	Alterar a cor do calendário de todos os participantes convidados.
B.	Identificar horários livres e ocupados na agenda dos destinatários internos.
C.	Enviar automaticamente um lembrete por mensagem de texto para o celular.
D.	Excluir reuniões antigas que já foram realizadas no mês anterior.

17. No Microsoft Excel 365, o uso do símbolo de cifrão (\$) dentro de uma fórmula, como em =\$A\$1, tem como objetivo principal:	
A.	Converter automaticamente o valor da célula para o formato de moeda Real.
B.	Realizar a soma de todos os valores que possuem formato de contabilidade.
C.	Indicar que o valor contido naquela célula é negativo.
D.	Fixar a referência da célula para que ela não mude ao copiar a fórmula.

18. Ao utilizar o Windows 10, qual ferramenta permite visualizar o consumo de recursos do sistema, como o uso da CPU e da Memória RAM em tempo real?	
A.	Gerenciador de Tarefas.
B.	Bloco de Notas.
C.	Gravador de Passos.
D.	Mapa de Caracteres.

19. No Microsoft Word 2010 ou 365, como se chama o recurso que permite copiar a formatação de um texto (como fonte e tamanho) e aplicá-la rapidamente em outro trecho?	
A.	AutoCorreção.
B.	Pincel de Formatação.
C.	Layout da Página.
D.	Inserir Objeto.

20. Em relação ao hardware de computadores, qual é a principal vantagem de um SSD (Solid State Drive) em comparação a um HD (Disco Rígido) tradicional?	
A.	Capacidade de armazenar dados apenas enquanto o computador está ligado.
B.	Possuir partes mecânicas que giram em alta velocidade para leitura.
C.	Maior velocidade na leitura e gravação de dados e maior resistência física.
D.	Necessidade de desfragmentação semanal para manter o funcionamento.

21. No navegador Mozilla Firefox 61 ou superior, qual é a finalidade do recurso "Extensões"?	
A.	Limpar o histórico de navegação toda vez que o programa é fechado.
B.	Adicionar novos recursos e funcionalidades extras ao navegador.
C.	Aumentar a resolução das imagens que são carregadas nos sites.
D.	Substituir o provedor de internet por uma conexão mais estável.

22. Qual prática de segurança é essencial para proteger documentos confidenciais ao utilizar computadores em ambientes com grande circulação de pessoas?	
A.	Sempre bloquear a sessão do usuário ao se ausentar da mesa de trabalho.
B.	Manter a senha de acesso escrita em um local visível próximo ao monitor.
C.	Desativar as atualizações automáticas do sistema operacional Windows.
D.	Utilizar apenas o navegador Internet Explorer para acessar sites do governo.

23. No contexto de periféricos, qual das opções abaixo descreve corretamente a função de uma impressora do tipo "Multifuncional"?	
A.	Equipamento que serve exclusivamente para imprimir fotos em alta qualidade.
B.	Monitor de vídeo que permite a saída de som através de cabos de rede.
C.	Hardware utilizado para aumentar a memória de armazenamento do computador.
D.	Dispositivo que integra funções de impressão, digitalização e cópia em um só aparelho.

24. Ao trabalhar no Microsoft PowerPoint 2010, qual é a diferença entre uma "Transição" e uma "Animação"?	
A.	Transição é o efeito entre um slide e outro; Animação é o efeito em um objeto do slide.
B.	Transição serve apenas para textos; Animação serve exclusivamente para imagens.
C.	Ambas possuem a mesma função, mudando apenas o nome conforme a versão do software.
D.	Transição é usada para salvar o arquivo; Animação é usada para imprimir os slides.

25. No Google Chrome 74 ou superior, o que acontece com as informações de navegação quando o usuário utiliza uma "Janela Anônima"?	
A.	O provedor de internet deixa de ter acesso aos sites que foram visitados.
B.	O computador fica automaticamente protegido contra qualquer tipo de vírus.
C.	O navegador não salva o histórico, cookies e dados inseridos em formulários.
D.	Os sites acessados passam a carregar com o dobro da velocidade normal.

CONHECIMENTOS GERAIS, ATUALIDADES E LEGISLAÇÃO- 05

26. O Hino Oficial do Município de Marechal Cândido Rondon/PR tem letra de autoria de:	
A.	Arnoldo Poll.
B.	José Carlos Mello.
C.	Levi Martins Gomes.
D.	Willy Carlos Trentini.

27. Falésias correspondem a formas de relevo caracterizadas como:	
A.	Elevações de areia formadas pela ação dos ventos.
B.	Paredões costeiros formados pela erosão do mar.
C.	Áreas planas localizadas entre montanhas.
D.	Terrenos baixos formados pelo acúmulo de sedimentos dos rios.

28. A forma de relevo predominante no estado do Paraná é:	
A.	Depressões.
B.	Chapadas.
C.	Planaltos.
D.	Planícies fluviais.

29. Para concorrer ao cargo de Prefeito, a Constituição Federal estabelece como idade mínima:	
A.	21 anos.
B.	25 anos.
C.	30 anos.
D.	35 anos.

30. Durante o processo de fotossíntese, as plantas liberam para a atmosfera principalmente o gás:	
A.	Dióxido de carbono.
B.	Ozônio.
C.	Oxigênio.
D.	Hélio.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO – 30

<p>31. Considerando o disposto na Lei Complementar nº 141, de 10 de janeiro de 2022, do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, especialmente no que se refere às infrações disciplinares que ensejam demissão ou destituição e às respectivas consequências patrimoniais e providências administrativas, analise os itens a seguir e assinale (V) para verdadeiro ou (F) para falso:</p> <p>() A prática de improbidade administrativa, a aplicação irregular de recursos públicos, a lesão aos cofres públicos e a corrupção, quando ensejarem demissão ou destituição de cargo em comissão, implicam indisponibilidade dos bens do servidor e o dever de ressarcimento ao erário, sem prejuízo de eventual responsabilização penal.</p> <p>() Nessas hipóteses, a decisão administrativa deve determinar a remessa de cópia das peças processuais à Procuradoria Geral do Município para a adoção das medidas judiciais cabíveis.</p> <p>() A remessa das peças à Procuradoria Geral do Município possui caráter facultativo, podendo a autoridade julgadora deixar de realizá-la por razões de conveniência e oportunidade.</p> <p>() A indisponibilidade de bens e o dever de ressarcimento ao erário afastam a possibilidade de responsabilização criminal do servidor pelos mesmos fatos.</p> <p>() A atuação da Procuradoria Geral do Município, nesses casos, decorre de determinação expressa constante da decisão administrativa que reconhece a infração disciplinar.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:</p>	
A.	V – V – F – F – V.
B.	V – V – V – F – V.
C.	V – F – F – F – V.
D.	V – V – F – V – V.

32. Acerca do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em sede de recursos repetitivos sobre temas de Direito Civil, assinale a opção correta:	
A.	As taxas de manutenção criadas por associações de moradores em loteamentos possuem natureza propter rem, obrigando todos os proprietários de imóveis localizados na área beneficiada, independentemente de serem associados ou de terem anuído à cobrança, visando evitar o enriquecimento sem causa.
B.	O reconhecimento da usucapião extraordinária, desde que preenchidos os requisitos legais específicos previstos no Código Civil, não pode ser obstado sob o fundamento de que a área usucapienda é inferior ao módulo mínimo estabelecido em legislação municipal.
C.	A exceção à impenhorabilidade do bem de família do fiador, prevista na Lei n. 8.009/1990, aplica-se exclusivamente aos contratos de locação de imóveis residenciais, sendo o imóvel do fiador impenhorável caso a fiança tenha sido prestada em contrato de locação comercial.
D.	O prazo prescricional para a propositura de ação de petição de herança conta-se apenas a partir do trânsito em julgado da ação de reconhecimento de filiação, uma vez que a definição da qualidade de herdeiro é condição indispensável para o exercício da pretensão sucessória.

33. Acerca do sistema recursal trabalhista, dos pressupostos de admissibilidade e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a opção correta:	
A.	Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade do recurso de revista é restrita, admitindo-se o apelo apenas por violação direta de dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a Súmula do TST ou a Orientação Jurisprudencial (OJ) do TST, em observância ao princípio da celeridade.
B.	O agravo de instrumento, no processo do trabalho, possui natureza de recurso destinado a destrancar apelos que tiveram seu seguimento negado. Para sua interposição, é exigido o depósito recursal de 50% do valor do depósito do recurso que se pretende destrancar, salvo quando o agravo objetiva o processamento de recurso de revista que se insurge contra decisão contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do TST.
C.	À luz do princípio da dialeticidade e da Súmula nº 422 do TST, não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões não impugnarem os fundamentos da decisão recorrida. Essa mesma exigência de rigor formal é aplicada integralmente aos recursos ordinários de competência dos Tribunais Regionais do Trabalho, independentemente de a motivação ser ou não inteiramente dissociada da sentença.
D.	No agravo de petição, recurso cabível das decisões proferidas na fase de execução, a delimitação justificada das matérias e dos valores impugnados constitui pressuposto de admissibilidade extrínseco que deve ser observado obrigatoriamente tanto pelo executado quanto pelo exequente, sob pena de não conhecimento.

34. Acerca do sistema recursal trabalhista, da admissibilidade dos apelos e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a opção correta:	
A.	Com base no princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, a decisão que acolhe exceção de incompetência territorial e determina a remessa dos autos para Vara do Trabalho vinculada ao mesmo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) não desafia recurso imediato. Contudo, se a remessa for para juízo vinculado a TRT distinto, admite-se a interposição imediata de recurso ordinário.
B.	Na fase de execução, a admissibilidade do recurso de revista é restrita à demonstração de ofensa direta e literal à Constituição Federal. Essa restrição é absoluta, aplicando-se inclusive às execuções fiscais de dívida ativa da União e às controvérsias que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), situações em que não se admite o apelo por violação de lei federal ou divergência jurisprudencial.
C.	O recurso adesivo, amplamente aceito no Processo do Trabalho por aplicação supletiva do CPC, é cabível nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, agravo de petição, recurso de revista e embargos ao TST. Sua admissibilidade, no entanto, é condicionada a que a matéria nele veiculada guarde estrita correlação e pertinência com os temas impugnados no recurso principal interposto pela parte contrária.
D.	No âmbito do TST, o recurso de embargos por divergência jurisprudencial visa unificar a interpretação entre as Turmas ou entre estas e a Seção de Dissídios Individuais. Para o conhecimento desse apelo, basta a demonstração de dissonância entre a decisão recorrida e acórdão paradigma, ainda que o entendimento adotado pela Turma esteja em estrita consonância com a jurisprudência iterativa e notória do Tribunal Superior do Trabalho.

35. Um Município enfrenta diversas demandas na Justiça do Trabalho relacionadas à gestão de contratos e pessoal. Com base na jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a opção correta:	
A.	Na terceirização de serviços, a responsabilidade subsidiária do Município pelos encargos trabalhistas é automática caso a prestadora seja inadimplente, cabendo ao ente público o ônus de provar que fiscalizou adequadamente o contrato.
B.	O cumprimento de sentença trabalhista não pode ser promovido contra pessoa jurídica integrante de grupo econômico que não tenha participado da fase de conhecimento, exceto em situações de sucessão empresarial ou abuso de personalidade jurídica, mediante a instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ).
C.	O Município, na qualidade de dono da obra em contrato de construção civil, responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pelo empreiteiro se ficar comprovada a ausência de idoneidade econômico-financeira da empresa contratada.
D.	Os empregados de empresas públicas municipais que exploram atividade econômica, desde que admitidos por concurso público, gozam da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal após três anos de efetivo exercício.

36. Com base nas disposições literais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente após as atualizações da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), assinale a opção correta:	
A.	A suspensão do empregado por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos, em virtude de medida disciplinar, importa na rescisão injusta do contrato de trabalho por iniciativa do empregador.
B.	É vedada a transferência do empregado sem a sua anuência para localidade diversa da que resultar do contrato, mesmo na hipótese de ocorrer a extinção do estabelecimento em que ele trabalhe.
C.	O termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, firmado perante o sindicato da categoria, possui eficácia liberatória ampla e irrestrita sobre todos os direitos decorrentes da relação laboral do período.
D.	As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes com eficácia preponderante sobre instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

37. Acerca das responsabilidades e instrumentos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assinale a opção correta:	
A.	A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é restrita aos fabricantes e importadores, sendo o consumidor final considerado apenas beneficiário do sistema, sem obrigações legais na gestão dos resíduos.
B.	O sistema de logística reversa deve ser implementado de forma independente do serviço público de limpeza urbana, sendo obrigatório apenas para agrotóxicos e óleos lubrificantes.
C.	Cabe ao Poder Público atuar de forma subsidiária com o intuito de minimizar ou cessar o dano ambiental assim que tiver conhecimento de evento lesivo relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.
D.	O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é facultativo para municípios com menos de 20 mil habitantes, não condicionando o acesso a recursos federais para o setor de saneamento.

38. Acerca da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), assinale a opção correta:	
A.	A água é classificada como um bem de domínio público ou privado, conforme a localização da nascente em propriedade particular, garantindo-se o uso exclusivo ao proprietário.
B.	A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um ato administrativo de natureza vinculada que gera direito adquirido, sendo vedada sua suspensão por razões de interesse coletivo ou calamidade.
C.	Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
D.	A cobrança pelo uso da água possui natureza jurídica de tributo (taxa), fundamentada no poder de polícia ambiental para o controle da bacia hidrográfica.

39. Com base nas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) acerca da receita e da despesa pública, assinale a opção correta:	
A.	Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício financeiro, sendo dispensada a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio caso haja excesso de arrecadação no exercício anterior.
B.	A renúncia de receita, que compreende institutos como anistia, remissão e isenção em caráter não geral, deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de vigência e nos dois subsequentes, sendo que, caso a medida seja compensada pelo aumento de outros tributos, o benefício fiscal só entrará em vigor quando implementadas as referidas medidas de compensação.
C.	No âmbito das despesas correntes de caráter continuado, a legislação exige que o ato de criação seja acompanhado de comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais; contudo, por expressa disposição da LRF, tal exigência de compensação aplica-se integralmente às despesas destinadas ao serviço da dívida e ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata a Constituição Federal.
D.	Conforme as recentes atualizações promovidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, as proposições que tratem de concessão de benefício tributário para pessoas jurídicas deverão apresentar metas de desempenho objetivas e prazo de vigência de, no máximo, dez anos, sendo permitida a prorrogação automática independentemente do atingimento dos resultados esperados.

40. No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, bem como à repartição de receitas e ao regime de gastos públicos, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):	
A.	A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, embora seja um imperativo constitucional, depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual (LOA) e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
B.	Pertence à União a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte (IRRF) incidente sobre valores pagos por Municípios, Estados ou Distrito Federal a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.
C.	Sociedades de economia mista que desenvolvem atividade econômica em regime concorrencial fazem jus ao regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição Federal, para a satisfação de suas dívidas judiciais.
D.	É admissível a restituição administrativa de indébito tributário reconhecido na via judicial, sendo dispensável, em tais hipóteses, a observância do regime constitucional de precatórios, com o intuito de prestigiar a celeridade e a eficiência administrativa.

41. Acerca das causas de suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, analise as afirmações abaixo, julgando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):	
<p>() O parcelamento e a moratória são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Enquanto a moratória é geralmente medida excepcional e costuma excluir juros e multas, o parcelamento, salvo disposição de lei em contrário, não exclui a incidência de tais encargos.</p> <p>() A exclusão do crédito tributário, que compreende a isenção e a anistia, atua impedindo a constituição do crédito pelo lançamento. Todavia, a exclusão da obrigação principal não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.</p> <p>() Diferentemente do que ocorre no Direito Civil, o pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe quando o pagamento for parcial, nem de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.</p> <p>() A remissão e a anistia tratam do perdão de infrações e débitos, mas situam-se em momentos distintos: a anistia impede o lançamento de penalidades pecuniárias por infrações pretéritas (exclusão), ao passo que a remissão opera o perdão de créditos tributários já constituídos (extinção).</p> <p>() O depósito do montante integral, por ser causa de exclusão do crédito tributário, impede a autoridade administrativa de proceder à regular constituição do crédito tributário pelo lançamento enquanto perdurar a discussão judicial, sob pena de nulidade por vício formal.</p>	
Assinale a alternativa correta:	
A.	V – V – V – V – F.
B.	F – V – V – F – V.
C.	V – F – V – F – V.
D.	V – V – F – V – F.

42. Com base na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de Repercussão Geral, analise as assertivas a seguir:

I. Não se mostra admissível a restituição administrativa de indébito tributário reconhecido na via judicial, sendo indispensável a observância do regime constitucional de precatórios.

II. A imunidade tributária recíproca estende-se à empresa privada arrendatária de imóvel público, quando esta for exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.

III. As operadoras de planos de saúde realizam prestação de serviço sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

IV. O valor arrecadado a título de ICMS deve compor a base de cálculo para a incidência das contribuições ao PIS e da COFINS.

V. É possível ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, em observância ao princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

A.	Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
B.	Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
C.	Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
D.	Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

43. Com base na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em sede de recursos repetitivos, assinale a opção incorreta:

A.	A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, sendo dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco para esse fim.
B.	O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica, pode ser autorizado contra o sócio com poderes de administração na data em que a dissolução foi configurada ou presumida, ainda que ele não exercesse a gerência na data do fato gerador.
C.	É válida a cláusula prevista em edital de leilão judicial que atribua ao arrematante a responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação.
D.	O benefício da denúncia espontânea, previsto no art. 138 do Código Tributário Nacional, não se aplica às hipóteses de parcelamento de débito tributário.

44. Acerca do sistema constitucional de repartição das receitas tributárias e do entendimento dos Tribunais Superiores sobre a matéria, assinale a opção incorreta:

A.	Pertence aos Municípios a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
B.	No exercício da competência residual da União, caso sejam instituídos novos impostos nos termos do art. 154, I, da Constituição Federal, deverá haver a entrega de 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação aos Estados e ao Distrito Federal.
C.	Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal (Tema 42 de Repercussão Geral), é constitucional a retenção, pelos Estados, da parcela do ICMS pertencente aos Municípios quando tal medida for necessária para viabilizar a concessão de incentivos e benefícios fiscais de fomento industrial.
D.	Pertence aos Municípios metade do produto da arrecadação do IPVA relativamente aos veículos licenciados em seus territórios e, após a Reforma Tributária (EC nº 132/2023), essa regra de 50% abrange também veículos aquáticos e aéreos, considerando-se o domicílio dos proprietários.

45. Acerca do conceito, das espécies, dos sujeitos e dos elementos da obrigação tributária, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsas (F):

() A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

() Diferentemente da obrigação principal, que se submete à reserva de lei em sentido estrito para a definição do seu fato gerador, a obrigação acessória decorre da legislação tributária, podendo ser instituída por meio de decretos ou normas complementares.

() A capacidade tributária passiva é dependente da capacidade civil das pessoas naturais, de modo que os absolutamente incapazes, segundo a lei civil, não podem figurar como contribuintes em uma relação jurídica tributária.

() No Direito Tributário, a solidariedade é exclusivamente passiva, não se admitindo a pluralidade de credores (solidariedade ativa) para o mesmo crédito, sob pena de configurar-se o fenômeno da bitributação.

() A regra geral para a fixação do domicílio tributário é a eleição pelo sujeito passivo; contudo, a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando este impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

A.	V – V – F – V – V.
B.	V – F – V – F – V.
C.	F – V – F – V – F.
D.	V – V – F – F – V.

46. Com base nas disposições do Código de Processo Civil (CPC/2015) e no entendimento consolidado dos Tribunais Superiores acerca do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e do Incidente de Assunção de Competência (IAC), assinale a opção incorreta:	
A.	O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) pressupõe, para sua admissibilidade, a existência simultânea de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
B.	É admissível o Incidente de Assunção de Competência (IAC) quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, desde que haja efetiva repetição da matéria em múltiplos processos no âmbito do tribunal.
C.	Julgado o IRDR, a tese jurídica fixada pelo tribunal será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região.
D.	De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é irrecorrível o acórdão que admite ou inadmite a instauração do IRDR, uma vez que a decisão não possui caráter de definitividade e a ausência de pressuposto pode ser sanada em novo pedido de instauração.

47. Acerca do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre honorários advocatícios, recursos e execução, assinale a opção correta:	
A.	A impenhorabilidade de quantia depositada em caderneta de poupança inferior a 40 salários mínimos constitui matéria de ordem pública, devendo ser reconhecida de ofício pelo magistrado a qualquer tempo e grau de jurisdição.
B.	É vedada a fixação de honorários advocatícios por apreciação equitativa nas hipóteses em que os valores da condenação, da causa ou do proveito econômico da demanda forem elevados, sendo obrigatória a observância dos percentuais previstos no Código de Processo Civil.
C.	Caso a decisão transitada em julgado tenha sido omissa quanto à condenação em verbas sucumbenciais, o advogado poderá requerer o arbitramento e a respectiva cobrança de honorários diretamente na fase de cumprimento de sentença.
D.	Na ação de indenização por danos morais, a condenação em montante inferior ao postulado na petição inicial impede a interposição de recurso adesivo pelo autor, uma vez que a procedência do pedido afasta a configuração de sucumbência.

48. Com base nas Leis nº 8.437/1992 e 9.494/1997, bem como no entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta:

I. É vedada a concessão de medida liminar no juízo de primeiro grau quando for impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

II. Por disposição legal, a sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento ou a concessão de aumento a servidores públicos somente poderá ser executada após o seu trânsito em julgado.

III. Conforme o Supremo Tribunal Federal, permanece constitucional e plenamente válida a norma que veda a concessão de medida liminar para a compensação de créditos tributários ou entrega de mercadorias provenientes do exterior.

IV. A restrição legal que impede o juiz de primeiro grau de conceder liminar contra ato de autoridade sujeita à competência originária de tribunal aplica-se integralmente aos processos de ação popular e de ação civil pública.

V. O pedido de suspensão de execução de liminar, dirigido ao Presidente do Tribunal respectivo, fundamenta-se na necessidade de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

Estão corretas:

A.	Apenas as assertivas I, II e V.
B.	Apenas as assertivas II, III e IV.
C.	Apenas as assertivas I, III e V.
D.	Apenas as assertivas III, IV e V.

49. Com base no Código de Processo Civil e nos entendimentos firmados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o rito dos Recursos Repetitivos, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() O rol do artigo 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, admitindo a interposição de agravo de instrumento fora das hipóteses legais sempre que for verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão em sede de recurso de apelação.

() Conforme entendimento fixado no Tema 1.076, a fixação de honorários advocatícios por apreciação equitativa é permitida de forma ampla quando o valor da causa ou o proveito econômico forem elevados, a fim de evitar condenações em valores exorbitantes que onerem excessivamente a parte vencida.

() Nos termos da Súmula 375 e do Tema 243, o reconhecimento da fraude à execução depende obrigatoriamente do registro da penhora do bem alienado ou, na sua ausência, da prova de má-fé do terceiro adquirente por parte do credor exequente.

() A majoração dos honorários de sucumbência em grau recursal, prevista no art. 85, § 11, do CPC, é devida mesmo nos casos de provimento parcial do recurso, desde que tenha havido trabalho adicional do advogado da parte recorrida para manter a parcela da decisão que não foi reformada.

() É lícito ao autor que deseje litigar no âmbito dos Juizados Especiais Federais renunciar expressamente ao montante que exceder o teto de 60 salários mínimos para fins de fixação da competência absoluta do juizado, conforme definido no Tema 1.030.

Assinale a sequência correta:

A.	V – V – F – F – V.
B.	F – F – V – V – V.
C.	V – F – V – V – F.
D.	V – F – V – F – V.

50. Com base nas normas do Código de Processo Civil (CPC/2015) e no entendimento consolidado dos Tribunais Superiores acerca do cumprimento de sentença contra o Poder Público, assinale a opção incorreta:

A.	A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial para, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir matérias como a ilegitimidade de parte e o excesso de execução.
B.	Conforme tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso repetitivo (Tema 1.190), são devidos honorários advocatícios sucumbenciais no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública ainda que não haja impugnação, desde que o crédito esteja submetido a pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV).
C.	A multa de 10% (dez por cento) prevista para a hipótese de ausência de pagamento voluntário do débito no regime comum de cumprimento de sentença não se aplica à Fazenda Pública.
D.	Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição judicial.

51. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), analise as opções a seguir e assinale a correta:

A.	O diálogo competitivo é a modalidade de licitação destinada a contratações que envolvam inovação tecnológica ou técnica, sendo vedado à Administração, durante a fase de diálogo, revelar aos outros licitantes as soluções propostas ou informações sigilosas sem o consentimento do proponente.
B.	O critério de julgamento por maior retorno econômico é de aplicação geral para a aquisição de bens comuns, visando a seleção da proposta que apresente o menor custo de manutenção ao longo de todo o ciclo de vida do objeto.
C.	A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é considerada uma boa prática de transparência, mas sua ausência não compromete a eficácia do contrato ou de seus aditamentos, desde que haja publicação em Diário Oficial.
D.	No processo licitatório regido pela referida lei, a fase de habilitação deve ocorrer, como regra geral, em momento anterior ao julgamento das propostas, visando garantir que apenas empresas aptas participem da disputa de preços.

52. Com base nas lições sobre Atos Administrativos, analise as afirmativas a seguir, indicando V para as verdadeiras e F para as falsas:

() Os atos enunciativos, tais como certidões, atestados e pareceres, gozam do atributo da imperatividade, permitindo à Administração impor obrigações unilaterais aos particulares independentemente de concordância.

() O Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional de controle, possui competência para revogar atos administrativos do Poder Executivo fundamentado em critérios de conveniência e oportunidade (mérito administrativo).

() De acordo com a teoria das nulidades, consideram-se defeitos sanáveis, passíveis de convalidação pela própria Administração, os vícios que atingem os elementos finalidade, motivo e objeto do ato administrativo.

() Pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo está vinculada à existência e à veracidade dos motivos declarados, mesmo em hipóteses nas quais a motivação não era obrigatória por lei.

() O atributo da presunção de legitimidade e veracidade é de natureza relativa (juris tantum), transferindo ao particular o ônus de provar eventual ilegalidade ou falsidade do ato para afastar sua eficácia.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta:

A.	F – F – F – V – V.
B.	V – F – V – F – F.
C.	F – V – F – V – V.
D.	V – F – F – V – V.

53. Com base nos entendimentos fixados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de repercussão geral e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recursos repetitivos, analise as afirmativas a seguir, indicando V para as verdadeiras e F para as falsas:

() É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

() O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 (que alterou a Lei de Improbidade Administrativa) possui natureza processual e, portanto, é retroativo, devendo ser aplicado imediatamente aos processos que estavam em curso na data de sua publicação.

() De acordo com a teoria da dupla garantia, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada exclusivamente contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo o agente público parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda.

() Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, prazo este contado a partir da publicação do ato de concessão pelo órgão de origem.

() Segundo entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública não possui legitimidade ativa para a propositura de ação de improbidade administrativa, uma vez que a legitimidade prevista na Lei nº 7.347/1985 não se estende automaticamente ao microsistema punitivo da LIA.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta:

A.	V – F – V – V – V.
B.	V – V – F – V – F.
C.	F – V – F – V – F.
D.	V – F – V – F – V.

54. Com base nas disposições da Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da Administração Pública, assinale a opção incorreta:

A.	É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
B.	A concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
C.	O prazo de vigência do contrato de parceria público-privada, compatível com o amortecimento dos investimentos realizados, não pode ser inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
D.	É permitida a celebração de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que a Administração demonstre a inviabilidade de execução por meio de concessão comum.

55. Com esteio nas disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), alterado pela Lei nº 13.655/2018 para incluir normas sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do Direito Público, assinale a opção incorreta:

A.	Nas esferas administrativa, controladora e judicial, o julgador está vedado de decidir com base exclusiva em valores jurídicos abstratos sem que sejam devidamente consideradas as consequências práticas da respectiva decisão.
B.	A motivação de uma decisão que decreta a invalidação de um ato ou contrato administrativo deve demonstrar a necessidade e a adequação da medida imposta, sendo obrigatória a análise da decisão inclusive em face das possíveis alternativas à anulação.
C.	Em conformidade com o regime de responsabilidade pessoal, o agente público responderá civil e administrativamente por suas decisões ou opiniões técnicas sempre que restar caracterizada a atuação com negligência, imprudência ou imperícia, independentemente do grau de gravidade da falha cometida.
D.	É vedado que a Administração Pública ou o Poder Judiciário, fundamentados em mudança posterior de orientação geral, declarem inválidas situações plenamente constituídas, devendo a revisão levar em conta as orientações vigentes à época da prática do ato.

56. Sobre o regime jurídico e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), analise as proposições abaixo e assinale a opção que apresenta a sequência correta de V (verdadeiro) ou F (falso):

() O Governador de Estado é classificado como legitimado especial, o que exige a demonstração de pertinência temática entre o conteúdo da norma impugnada e os interesses da respectiva unidade federativa.

() De acordo com o princípio da indisponibilidade da instância, não se admite a desistência de ADI já proposta, regra que se estende inclusive ao pedido de medida cautelar.

() A jurisprudência consolidada do STF reconhece ao amicus curiae a legitimidade para interpor embargos de declaração contra a decisão de mérito em sede de controle abstrato.

() Para que o STF realize a modulação dos efeitos de uma declaração de inconstitucionalidade (atribuindo eficácia ex nunc ou pro futuro), é necessário o voto da maioria absoluta de seus membros.

() Vigora na ADI o princípio da causa de pedir aberta, o que permite ao tribunal declarar a inconstitucionalidade de uma norma por fundamentos jurídicos diversos daqueles apresentados pelo autor na petição inicial.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta:

A.	V – F – V – V – V.
B.	F – V – V – F – F.
C.	V – F – F – F – V.
D.	V – V – F – F – V.

57. Acerca das garantias constitucionais voltadas à proteção de direitos fundamentais, assinale a opção correta considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

A.	A impetração de habeas data prescinde da demonstração de anterior recusa ou omissão administrativa, uma vez que o direito ao acesso à informação pessoal é norma de eficácia plena e aplicação imediata.
B.	No mandado de segurança, quando a controvérsia envolver ato omissivo da administração pública relativo a prestações de trato sucessivo, o prazo decadencial de 120 dias para a impetração renova-se mês a mês.
C.	O habeas corpus é instrumento idôneo para proteger a liberdade de locomoção de pessoas físicas e jurídicas, podendo estas últimas figurar como pacientes na ação visando o trancamento de processo por crime ambiental.
D.	De acordo com a Lei nº 13.300/2016, a Defensoria Pública detém legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança coletivo, desde que a tutela requerida seja relevante para a defesa dos necessitados.

58. Acerca da repartição constitucional de competências e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) relativa à validade de leis municipais, analise as assertivas a seguir:

I. Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a definição do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.

II. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros (como aplicativos de transporte), os Municípios e o Distrito Federal podem restringir ou proibir a atividade caso entendam que há prejuízo ao interesse local.

III. É constitucional, formal e materialmente, a lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis, como medida de proteção ao meio ambiente.

IV. Surge inconstitucional lei municipal que estabelece a obrigação da implantação, nos shopping centers, de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado para o atendimento de emergência, por invadir competência privativa da União.

V. É inconstitucional lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos, uma vez que a competência para legislar sobre proteção da saúde e meio ambiente é concorrente apenas entre União e Estados.

Assinale a opção correta:

A.	Apenas as assertivas I e III estão corretas.
B.	Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
C.	Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
D.	Apenas as assertivas II e III estão corretas.

59. No que concerne às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e ao entendimento dos Tribunais Superiores sobre a judicialização do fornecimento de medicamentos, assinale a opção incorreta:	
A.	O SUS é organizado com base nas diretrizes da descentralização, com direção única em cada esfera de governo, do atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, e da participação da comunidade.
B.	Conforme o Tema 1.234 do STF, as ações que busquem o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, mas com registro na ANVISA, devem tramitar na Justiça Federal caso o valor do tratamento anual seja igual ou superior a 210 salários mínimos.
C.	Nas demandas que visem o fornecimento de medicamentos experimentais ou sem registro na ANVISA, a responsabilidade é solidária entre a União e o Estado-membro, podendo o autor direcionar a ação contra qualquer um deles.
D.	É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento registrado na ANVISA, mas não incorporado às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, cujo ônus probatório incumbe ao autor da ação: (a) negativa de fornecimento do medicamento na via administrativa, nos termos do item '4' do Tema 1.234 da repercussão geral; (b) ilegalidade do ato de não incorporação do medicamento pela Conitec, ausência de pedido de incorporação ou da mora na sua apreciação, tendo em vista os prazos e critérios previstos nos artigos 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080/1990 e no Decreto nº 7.646/2011; (c) impossibilidade de substituição por outro medicamento constante das listas do SUS e dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; (d) comprovação, à luz da medicina baseada em evidências, da eficácia, acurácia, efetividade e segurança do fármaco, necessariamente respaldadas por evidências científicas de alto nível, ou seja, unicamente ensaios clínicos randomizados e revisão sistemática ou meta-análise; (e) imprescindibilidade clínica do tratamento, comprovada mediante laudo médico fundamentado, descrevendo inclusive qual o tratamento já realizado; e (f) incapacidade financeira de arcar com o custeio do medicamento.

60. No que concerne à organização do Estado, à fiscalização de contas e às competências legislativas e administrativas dos Municípios, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):	
A.	É inconstitucional lei municipal que disponha sobre a instalação de Estação Rádio-Base (ERB) em seu território, por configurar invasão à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações e radiodifusão.
B.	O direito ao recebimento de décimo terceiro salário e terço constitucional de férias por prefeitos e vereadores é um imperativo constitucional autoaplicável, que independe de previsão em lei municipal específica para o seu pagamento.
C.	É inconstitucional o exercício de policiamento ostensivo e comunitário pelas Guardas Municipais, uma vez que tais atribuições são restritas aos órgãos de segurança pública previstos taxativamente no caput do art. 144 da Constituição Federal.
D.	É necessária a aprovação prévia ou o julgamento posterior pela Câmara de Vereadores para que o Tribunal de Contas possa condenar administrativamente um Prefeito ao pagamento de multa ou débito em sede de tomada de contas especial.

Ficha de respostas para conferência (CP de MARECHAL C. RONDON - PR)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60